Por Bruna Chieco

Nos últimos 13 anos, quase um terço da carteira de investimentos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) mudou para maior concentração em renda fixa, que passou de 56% para 86% das alocações do setor. Os dados foram revelados pela Pesquisa Raio X de Investimentos das EFPC 2026, realizada pela Abrapp em parceria com a Itajubá Investimentos AI, e apresentada durante o 47º Congresso Brasileiro de Previdência Privada (CBPP) nesta quarta-feira, 21 de outubro, no Transamerica Expo Center, em São Paulo (SP).

Foram coletadas mais de 12 mil informações de entidades que somam R$ 461 bilhões em ativos administrados, o equivalente a 34% do sistema, segundo posição de dezembro de 2025. O horizonte do levantamento cobre 12 e 36 meses.

Na avaliação de Carlos Renato Salami, Diretor Financeiro e de Investimentos do ISBRE e moderador do painel, a evolução dos investimentos no período e das práticas de gestão do segmento reflete o cenário macroeconômico e a harmonização da precificação de ativos e passivos, que contribui para que os resultados dos planos reflitam com mais fidelidade sua situação econômica.

Carlos Garcia, Sócio-Fundador da Itajubá, lembrou que o Brasil combina juros elevados com cerca de um quarto da dívida pública indexada à inflação, condição rara entre os países e que favorece a proteção das carteiras em renda fixa. Ele ponderou, porém, que essa atratividade envolve um componente de risco. Segundo ele, o momento eleitoral, com propostas econômicas diferentes entre os candidatos à presidência, motivou uma nova rodada da pesquisa este ano.

Os investimentos em renda variável sofreram a maior queda em 13 anos, passando de 34% para 4,7%. No mesmo período, imóveis e fundos imobiliários saíram de 5% para 1,7%, multimercados estruturados e fundos de investimento em participações (FIPs) passaram de 4% para 3,7%, e o exterior subiu de 1,1% para 1,9%.

A queda da renda variável alcança os três tipos de plano. Nos planos BD, a fatia recuou de 11% para 4%; nos CD, de 7% para 5%; e nos de Contribuição Variável (CV), de 11% para 6%. “O que falamos em termos de maturidade em planos BD não deveria atingir os CD, mas é o que acontece”, observou Garcia.

Títulos públicos – A concentração em renda fixa se dá, sobretudo, por meio de títulos públicos, que respondem por 90% da classe. O crédito privado representa os outros 10%. A NTN-B, título atrelado à inflação, é o principal papel em todos os tipos de plano. Na sequência vem a LFT, título pós-fixado que, segundo Garcia, dá ao mercado alguma expectativa de agilidade em uma eventual mudança de alocação.

O movimento também foi impulsionado pela forma de contabilizar os ativos. Nos planos de Benefício Definido (BD), 77% dos títulos públicos são marcados na curva. Garcia destacou ainda o crescimento expressivo da marcação na curva nos planos de Contribuição Definida (CD) depois que a regulação passou a permitir essa prática em todas as modalidades de plano. Os vencimentos acima de cinco anos voltaram a predominar e chegaram a 51% dos títulos públicos em 2026.

Demais classes de ativos – No crédito privado, o crédito bancário, como CDB e Letras Financeiras, ganhou espaço sobre as debêntures nos planos BD e CD. Na renda variável, que encolheu, cresceu a gestão passiva e indexada, incluindo ETFs. Essa fatia passou de 15% para 36% da classe em 13 anos.

Nos imóveis, lajes corporativas (38%) e imóveis comerciais (29%) concentram a carteira. Entre os multimercados estruturados, os fundos macro dominam, com 68% da alocação. Garcia observou

que essa concentração deixa os investimentos mais expostos do que se estivessem diversificados.

No exterior, as alocações globais ganharam terreno sobre os Estados Unidos e já respondem por 67%, contra 25% para os EUA. Diversificação geográfica (72%) e baixa correlação com o mercado brasileiro (67%) são os principais motivos para investir fora do país. Em private equity, 49% das entidades têm FIPs na carteira, e 58% delas se dizem satisfeitas. O cenário macroeconômico e a estratégia de saída lideram as preocupações com a classe, ambos citados por 58% das respondentes.

Intenção x realizado – A pesquisa também comparou as intenções de alocação declaradas pelas entidades em 2023 para os 36 meses seguintes, com o que de fato ocorreu. As expectativas se confirmaram em apenas duas de seis classes: investimento no exterior e renda fixa. Renda variável, multimercados estruturados e fundos imobiliários seguiram na direção oposta à pretendida.

Com títulos públicos pagando inflação mais 7,5% ou até 8%, a renda fixa se torna tentadora, disse Garcia, ponderando que os juros elevados refletem o risco do próprio país, e que a concentração nesses papéis também expõe as carteiras a esse risco. “Não estamos pagando a maior taxa de juros do mundo à toa”, alertou.

Perspectivas – Para os próximos 12 meses, o investimento no exterior lidera a intenção de aumento, com metade das entidades pretendendo ampliar a alocação na classe. Títulos públicos e renda variável também devem crescer, enquanto imóveis e FIPs concentram a intenção de redução.

No horizonte de 36 meses, exterior concentra maior intenção de aumento, e renda variável títulos públicos seguem em expansão, invertendo de posição entre as classes que devem crescer em relação à projeção de 12 meses.

As intenções de diversificação, no entanto, convivem com um cenário ainda incerto. Para Garcia, o próximo ciclo macroeconômico pode ser diferente, a depender do novo governo, e a perspectiva de juros mais baixos exigirá uma nova postura dos investidores institucionais, que precisam estar preparados para esse desafio. Salami, por sua vez, deixou como reflexão o quanto os portfólios estão preparados para uma possível mudança abrupta de cenário.

O 47º CBPP é uma realização da Abrapp, UniAbrapp, Sindapp, ICSS e Conecta. Patrocinador Diamante: ASA, Evertec, Itajubá Investimentos AI e XP Banco de Atacado. Patrocinador Ouro: Aditus, Aon, Azimut, BB Asset, BNP Paribas Asset Management, Bradesco Asset, Galapagos Capital, Itaú Asset Management, MAG Seguros, Principal Asset Management, Safra, Santander Asset Management e SulAmérica Investimentos. Patrocínio Prata: Anbima, CAIXA Asset, Cavezzale Advogados Associados, Consepro, IIA Brasil, Investira, Leto Capital, Maraey, Mirador, Oceana Investimentos, Porto Asset, PRP Soluções, RJI Investimentos, Sabesprev, Vila Velha Corretora de Seguros, Vinci Compass e Wedan. Patrocínio Bronze: FRAM Capital, Icatu Vanguarda, Investo, IP Capital Partners, MAF Consultoria, Mapfre, Polo Capital, REV Corretora de Seguros e Sparta. Parceiros de Mídia: Broadcast, CNN Brasil e Gazeta Mercantil. Apoio Promocional: ABDE, Abipem, ABRH, ABRH-ES, Abvcap, Ancep, Apimec, ASCPrev, CFC, CRA-SP, Febraban, Fiap, Fipecafi, FPE, IBA, IBGC, IBPE, Ibracon, Servir Brasil, Previpar, Tchê Previdência e Unidas.

Fonte: Abrapp em Foco, em 21.10.2026.